



**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**  
**DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**



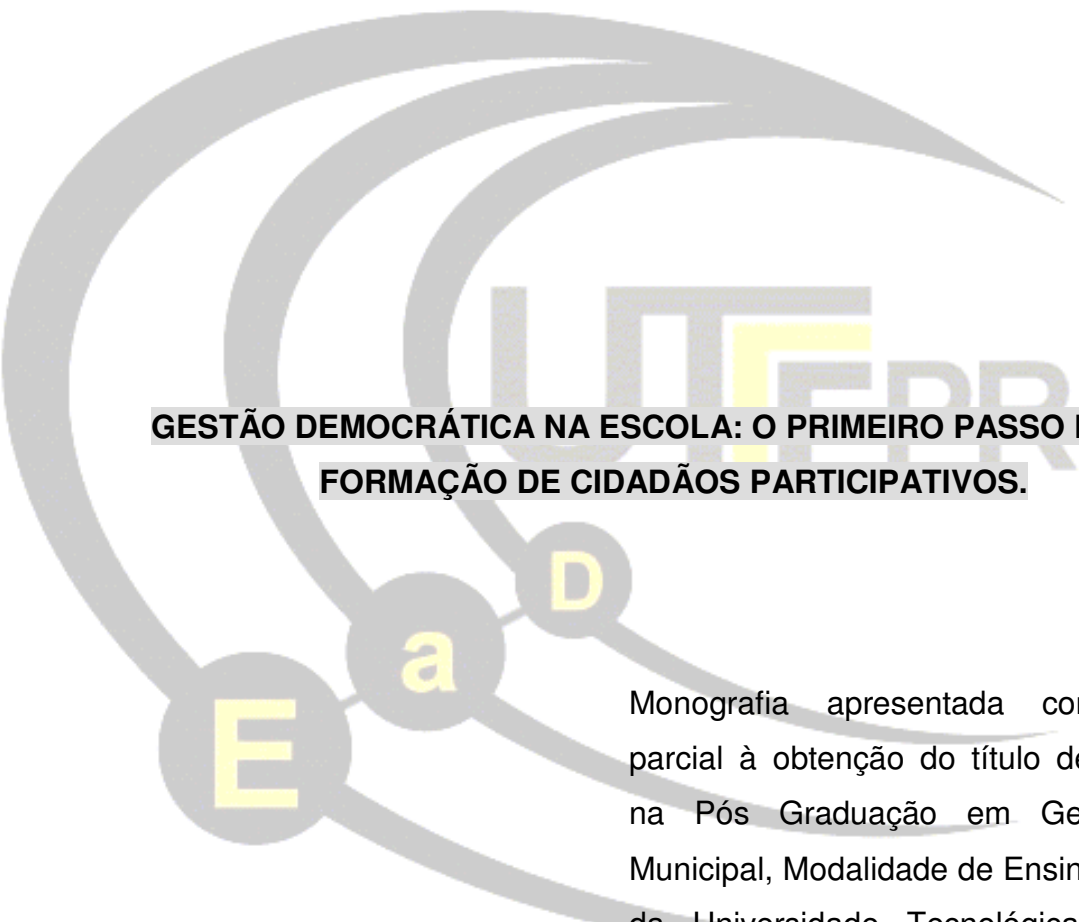
**THAIS CAMPOS DE OLIVEIRA**

**DEMOCRACIA NA ESCOLA: O PRIMEIRO PASSO PARA A FORMAÇÃO DE  
CIDADÃOS PARTICIPATIVOS.**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP**  
**2011**

**THAIS CAMPOS DE OLIVEIRA**



**GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA: O PRIMEIRO PASSO PARA A  
FORMAÇÃO DE CIDADÃOS PARTICIPATIVOS.**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Pública Municipal, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – *Campus* Curitiba.

**EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA**

Orientador: Prof. Dr. Professor Moisés Francisco Farah Junior

**SÃO JOSE DOS CAMPOS, SP**

**2011**



---

**TERMO DE APROVAÇÃO**  
**DEMOCRACIA NA ESCOLA: O PRIMEIRO PASSO PARA A FORMAÇÃO DE**  
**CIDADÃOS PARTICIPATIVOS.**

Por  
**THAIS CAMPOS DE OLIVEIRA**

Esta monografia foi apresentada às 17h00 do dia 07 de dezembro de 2011, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus* Curitiba. A candidata foi argüido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho \_\_\_\_\_.

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>o</sup>. Moisés Francisco Farah Jr.  
UTFPR – *Campus* Curitiba  
(orientador)

---

Prof<sup>o</sup> Maria Lucia F. G. de Mesa  
(Membro da Banca)

Dedico este trabalho aos meus familiares e amigos  
que me incentivaram a prosseguir diante dos desafios!

## **Agradecimentos**

À Deus por ter me dado oportunidade e condições de participar desta pós graduação.

Ao meu orientador professor Moisés Francisco Farah Junior, pela sua disponibilidade e prontidão aos responder minhas dúvidas.

Aos professores que estiveram sempre comprometidos com meu aprendizado e desenvolvimento enquanto aluna.

A tutora Regiane Roskowisky pela presença e compreensão em todos os momentos.

"A principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores. A segunda meta da educação é formar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo que a elas se propõe"  
(Jean Piaget)

## Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	3
2.1. Reflexões sobre o conceito de democracia.....	3
2.2. A gestão democrática no ambiente escolar. ....	5
2.3. Elementos da gestão democrática. ....	7
2.4. Características da escola democrática.....	8
2.4.1. Escolha dos diretores .....	10
2.4.2. Projeto político pedagógico (PPP) .....	11
2.4.3. Conselho escolar .....	11
2.4.4. Grêmios estudantis.....	12
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	13
3.1. A pesquisa .....	13
4. RESULTADOS .....	14
5. Considerações finais.....	16
6. REFERÊNCIAS .....	18

## **Resumo**

OLIVEIRA, Thais Campos de. **Democracia na escola: O primeiro passo para a formação de cidadãos participativos** 2011. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, São José dos Campos, 2011.

Este trabalho tem como objetivo ampliar o conceito de democracia e explicitar os mecanismos democráticos utilizados como forma de promover a democracia no ambiente escolar, para isso foi feita a revisão bibliográfica tendo como foco os elementos da gestão democrática e as características essenciais para a formação da escola democrática. O trabalho se desenvolve em três capítulos onde o primeiro se refere à ampliação do conceito de democracia e leva a reflexão sobre os elementos que a compõe, o segundo aborda a história da gestão democrática no contexto educacional e o último faz um breve levantamento de ações do gestor necessárias, dentro de uma escola, para que haja um ambiente de participação dos educandos. Conclui-se que é imprescindível a vivência em um ambiente democrático para o exercício da cidadania em sociedade.

**Palavras chaves:** Gestão democrática, escola, cidadania.



### **Abstract**

Oliveira, Thais fields. Democracy in school: The first step in the formation of participatory citizens in 2011. Monograph (Specialization in Public Management Municipal) - Federal Technological University of Parana, Sao Jose dos Campos, 2011.

This work aims to expand the concept of democracy and explain the democratic mechanisms used as a means of promoting democracy in the school environment, for it was made a literature review focusing on the elements of democratic management and the characteristics essential to the formation of school democratic. The work unfolds in three chapters where the first refers to the expansion of the concept of democracy and leads to reflection on the elements that compose it, the second covers the history of democratic management in the educational context and the latter makes a brief survey of the manager's actions necessary, within a school, so there is an atmosphere of participation of students. We conclude that it is essential to living in a democratic environment for the exercise of citizenship in society.

**Work Keys:** Management democratic, school, citizenship.

# 1. INTRODUÇÃO

INTR

Atualmente as instituições de ensino visam à formação para o exercício pleno da cidadania, no entanto, em todos os âmbitos escolares as ações ditas democráticas não têm promovido à participação da comunidade e a formação de sujeitos críticos e atuantes em seu meio. Acredita-se que a gestão escolar democrática presente em discursos, projetos e políticas públicas ainda em sua aplicação prática está muito distante da realidade pretendida.

Essa observação levou ao levantamento da questão central desta monografia. **“Identificar os mecanismos democráticos que facilitem a implementação da Escola democrática?”** No entanto essa questão leva a outras questões como: Quais os fatores dificultam a verdadeira gestão democrática? Quais as ações que realmente propiciam a participação da comunidade escolar e quais seus reflexos na formação de cidadãos participativos?

Por essa razão o presente estudo tem como tema a **“Democracia na escola: o primeiro passo na formação de cidadãos participativos”**, por se tratar de uma pesquisa que tem como **objetivo geral** ampliar o conceito de democracia executado hoje nas escolas e explicitar os reflexos desta gestão na formação de cidadãos críticos e atuantes na sociedade.

Para que o objetivo central seja alcançado é necessário atingir primeiramente os seguintes **objetivos específicos**:

- Explicitar a essência da filosofia democrática.
- Apresentar o histórico e as características da gestão democrática nas escolas.
- Levantar as entraves na implantação dos mecanismos democráticos nas escolas.
- Promover uma reflexão sobre relação teoria democrática x prática.

Este trabalho, portanto se faz necessário porque irá buscar entender quais são as dificuldades da implantação efetiva da escola democrática. Servindo como

referencial para estudos sobre os princípios e ações de sucesso na formação de pessoas atuantes na sociedade.

A monografia baseou-se em dois tipos de levantamento. O primeiro, de natureza bibliográfica, selecionando artigos referentes a implantação de escolas democráticas no ensino público. O segundo fazendo consultas a legislações, políticas públicas e projetos adotados e divulgados por órgãos governamentais.

O foco do trabalho foi a educação básica, nos níveis fundamental e médio, sob a administração de secretarias municipais e estaduais. E para melhor orientar o leitor, o desenvolvimento da monografia está organizado em três sessões onde a primeira se refere à ampliação do conceito de democracia, onde são levantados os aspectos inerentes a ela e os elementos fundamentais em uma sociedade dita democrática.

A segunda sessão aborda a história da gestão democrática no contexto educacional, onde fica evidente a democratização tardia e a dificuldade de compreensão e apropriação das ações democráticas no contexto escolar.

Na última sessão é feito um breve levantamento de ações do gestor necessárias, dentro de uma escola, para que haja um ambiente de participação dos educandos e os tornem capazes de identificar situações problemas, refletir e agir dentro da própria sociedade e para que futuramente tenham condições de transformá-la.

## AMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo será destinado à fundamentação teórica onde serão apresentados os princípios básicos da democracia, explicitando a amplitude de seu conceito e a complexidade de seu exercício, serão apresentadas leis e políticas públicas que sancionam a gestão democrática nas escolas públicas e por fim, ações essenciais na gestão escolar para a formação de cidadãos participativos.

### 2.1.

### Refle

#### xões sobre o conceito de democracia.

Quando questiona-se se o Brasil é um país democrático a alguém certamente a resposta será sim, no entanto quando questiona-se o que é democracia as respostas são vagas e se restringem-se ao voto secreto e a liberdade de expressão. Para que este conceito possa ser compreendido em sua essência e complexidade este capítulo traz uma breve reflexão sobre este termo.

Brito et al (2008) diz que para muitos autores *democracia* é uma modalidade de forma de governo e que esta palavra provém do grego *demos* – povo – e *kratein* – governo. Segundo o mesmo autor a democracia tem sua origem na Grécia, no século V a.C, e era entendida como uma forma de governo fundamentada em três direitos essenciais dos cidadãos atenienses: igualdade, liberdade e participação no poder.

Democracia é termo plurívoco, de difícil conceituação, e por vezes utilizado para justificar ideologicamente a prática de atitudes totalitárias, ou seja, o oposto de seu autêntico significado. Daí se conclui que as democracias são diversificadas, porque refletem a vida política, social e cultural de cada país, podendo o conceito de democracia sofrer perversão em sua essência.

(BRITO Et al, 2008)

O Brasil é visto hoje por muitos estudiosos como um país democrático, pois nele há liberdade de expressão, livre escolha dos governantes, e a equidade e igualdade são garantidas na Constituição do país. No entanto outros autores

defendem que nele ainda existe uma falsa democracia, pois ainda é um país marcado pela desigualdade social.

Tentando ainda compreender o conceito de democracia mais profundamente faz-se necessário trazer a tona o papel do cidadão. Numa sociedade dita democrática, as pessoas que fazem parte dela tem o direito e o dever de participar das decisões políticas, isto é exercendo a cidadania.

Assim, podemos afirmar que *democracia* é um regime de governo no qual o poder de tomar importantes decisões políticas está com os cidadãos, que são os componentes da sociedade. É ao povo ou à comunidade a quem cabe discutir, refletir, pensar e encontrar soluções e intervenções para os seus próprios problemas.

(DALBERIO, 2007)

Para Marshall apud Amorim (2007) a cidadania é a participação integral do indivíduo na comunidade política e distingue-se três tipos de direitos:

os direitos civis, aqueles direitos que asseguram as liberdades individuais; os direitos políticos, aqueles que garantem a participação dos cidadãos no exercício do poder político; e os direitos sociais, aqueles que asseguram o acesso a um mínimo de bem-estar material. O argumento do autor segue a seguinte lógica: garantidos os direitos civis, as pessoas lutariam por direitos políticos e, conseqüentemente, conquistariam direitos sociais.

Até este ponto esta monografia mostra que a democracia é muito mais que uma forma de governar ou administrar, para que ela realmente ocorra à participação efetiva dos cidadãos é essencial.

Mas como enquanto gestor é possível permitir as intervenções dos cidadãos? Até que ponto é necessário conhecimento técnico para considerar as intervenções sociais? Será que os cidadãos estão preparados hoje para exercer a democracia?

Diante da expansão da pobreza e das desigualdades sociais, associada a uma crise política vivenciada pelo país, vem ocorrendo um processo de *desinstitucionalização* dos direitos, impossibilitando a construção de uma cidadania política e social. Dessa forma, um dos desafios da democracia brasileira consiste em consolidar um sistema político pautado no desenvolvimento de uma cultura política que promova valores e hábitos democráticos como a participação, a confiança e a cooperação.

(AMORIM, 2007)

Para que a democracia seja exercitada em sua plenitude se faz necessária a educação para a que esta participação não seja feita de forma empírica, egoísta e

desvinculadas dos princípios democráticos e para que os governantes acreditem e valorizem mais as propostas e ações sociais.

... a escola é um espaço de contradições e diferenças. Nesse sentido, quando buscamos construir na escola um processo de participação baseado em relações de cooperação, no trabalho coletivo e no partilhamento do poder, precisamos exercitar a pedagogia do diálogo, do respeito às diferenças, garantindo a liberdade de expressão, a vivência de processos de convivência democrática, a serem efetivados no cotidiano, em busca da construção de projetos coletivos.

(MEC, 2004)

Conti (2007) afirma que seja do ponto de vista da construção de um novo indivíduo ou do novo papel do Estado, a educação se coloca, de maneira muito intensa, como prioridade. Isso envolve, segundo os discursos oficiais de organismos internacionais e dos Estados nacionais, a criação de uma mobilização social em favor da educação.

Neste contexto surge a necessidade da gestão democrática que será foco do próximo subtítulo.

## **2.2.**

## **A**

### **gestão democrática no ambiente escolar.**

Atualmente o princípio da gestão democrática nas escolas tem sido amplamente divulgado e estudos, discussões e reflexões a cerca desta prática tem sido frequentemente alvo de gestores e educadores de escolas públicas. Segundo Conti (2007) a gestão democrática é princípio consagrado em lei, que tem a ver com a abertura das escolas à comunidade. Dourado (2007) trás a seguinte reflexão:

Dessa forma, a gestão educacional tem natureza e características próprias, ou seja, tem escopo mais amplo do que a mera aplicação dos métodos, técnicas e princípios da administração empresarial, devido à sua especificidade e aos fins a serem alcançados. Ou seja, a escola, entendida como instituição social, tem sua lógica organizativa e suas finalidades demarcadas pelos fins político-pedagógicos que extrapolam o horizonte custo-benefício *stricto sensu*. Isto tem impacto direto no que se entende por planejamento e desenvolvimento da educação e da escola e, nessa perspectiva, implica aprofundamento sobre a natureza das instituições educativas e suas finalidades, bem como as prioridades institucionais, os processos de participação e decisão, em âmbito nacional, nos sistemas de ensino e nas escolas.

Segundo Bordignon (2005) a luta por uma educação como fundamento de um projeto nacional democrático foi lançada nos anos 20 por Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Almeida Junior, Roquete Pinto, Pascoal Leme, entre outros educadores que inspiraram o movimento dos Pioneiros da Educação Nova.

No entanto foi só em 1988 que a Constituição federal, em seu artigo 206 estabeleceu que o ensino deve, entre outros, ter como princípio a gestão democrática.

Em 1996 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional traz em seu artigo primeiro a abrangência da educação:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

(LDB, 2006)

Portanto todas as esferas da vida do educando passam a fazer parte de seu processo formativo e o aspecto social passa a ser valorizado. Antes os conteúdos curriculares muito focados no desenvolvimento cognitivo, agora abrem espaço para o desenvolvimento social e a mesma lei em 27º artigo da apresenta a seguinte diretriz:

I – a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

(LDB, 2006)

Visando a formação do indivíduo para a cidadania, seguindo as orientações da Constituição a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) aponta os princípios da gestão democrática nas escolas e dá autonomia aos sistemas de ensino quanto à definição das normas da gestão democrática de acordo com suas peculiaridades e no seu 14º artigo diz:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

(LDB, 2006)

Segundo Bordignon (2005) o princípio da gestão democrática da educação pública, com status constitucional, e os dispositivos legais relativos à sua implementação, representam os valores e significações dos professores e gestores que idealizam uma educação emancipadora, como exercício de cidadania em uma

sociedade democrática. Estes documentos são resultados de um processo instituinte do novo fundamento de gestão democrática da educação a desfazer o paradigma patrimonialista. Mas segundo ele esses dispositivos legais, por si só, não mudam cultura e valores. Somente as práticas iluminadas pelo novo paradigma podem mudar culturas e valores.

Por essa razão esses valores e culturas apenas serão mudados a partir do momento em que a escola mudar, em que a gestão for realmente democrática, onde ideologia instituídas em legislações e teorias se aplique e seja real na prática.

Mendonça (2001) fez um estudo sobre a gestão democrática em escolas públicas do ensino básico, onde chegou a seguinte conclusão.

Ao abordar aspectos da gestão democrática do ensino público ligados à **participação**, foi possível constatar que, ao contrário do que se idealiza sobre a convivência entre membros da comunidade escolar, os mecanismos adotados pelos sistemas não lograram pôr termo à guerra entre segmentos. Diretores, professores e funcionários, com prevalência dos primeiros, ainda monopolizam os foros de participação. A escola pública ainda é vista pelos usuários como propriedade do governo ou do pessoal que nela trabalha. O professor comporta-se como dono do seu cargo e dos alunos de suas classes. O diretor funciona como guardião dessa concepção, evitando interferências de servidores e de pais.

(MENDOÇA, 2001)

Como a gestão escolar pode influenciar na formação de cidadão que exerçam a cidadania de forma consciente?

No próximo subtítulo serão levantados aspectos essenciais a formação cidadã na escola.

### **2.3.**

### **Elem**

#### **entos da gestão democrática.**

Segundo Gracindo (2007) a gestão democrática na escola e nos sistemas de ensino torna-se um processo de construção da cidadania emancipada. Para tanto, são quatro os elementos indispensáveis a uma gestão democrática: participação, pluralismo, autonomia e transparência.

Como visto acima a participação é essencial para que a escola se torne democrática, a gestão deve estar preparada para lidar com os diferentes atores



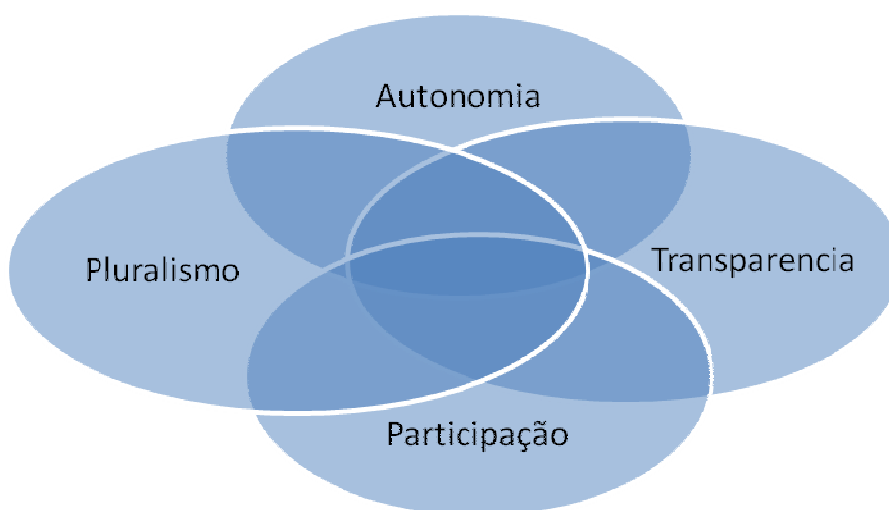
sociais que estão nela inseridas, com os diferentes níveis de conhecimento e atuação, por isso, o pluralismo, isto é diferentes ideias, concepções e pensamentos em busca de uma educação nova devem ser levados em conta. Por essa razão neste momento a experiência prática e o embasamento teórico são essenciais nas decisões e conduções do gestor.

Quando se refere-se a autonomia MEC (2004) diz que a autonomia e a gestão democrática como espaços articulados de construção diária e, portanto, resultado da mobilização e do envolvimento de todos no partilhamento do poder e no compromisso com o aprendizado político desse processo que se efetiva no exercício de construção. Para Barroso apud Gracindo o conceito de autonomia está etimologicamente ligado à ideia de **autogoverno**, isto é, à faculdade que os indivíduos (ou as organizações) têm de se regerem por regras próprias.

Em uma escola onde todos estão participando, enriquecendo a gestão com perspectivas, as decisões são compartilhadas há transparência nas ações e clareza do percurso da unidade escolar para todos os membros da comunidade.

Portanto os elementos da gestão democrática podem ser ilustrados da seguinte maneira.

**Figura 2 – Características da gestão democrática**



**Fonte:** Elaborado pela autora baseada nas informações de Gracindo (2007)

#### **2.4. Características da escola democrática**

**Carac**

Segundo Negri (2008) a implantação de um ambiente democrático na escola reveste-se de inúmeros entraves que limitam a efetivação desse processo, por exemplo, a ausência de esforço coletivo, a falta da clara definição dos objetivos pedagógicos a serem alcançados. O mesmo autor segue dizendo que a verdadeira ideia de gestão democrática muitas vezes não é trabalhada na prática com os partícipes da escola, ficando a questão tratada apenas no plano teórico, ou seja, muitas vezes as ações são efetivadas apenas no papel, não tendo a participação ativa das pessoas envolvidas na prática das ações, muitas vezes por não saber como se envolver.

Para que uma escola seja realmente considerada democrática, segundo as reflexões acima, as mudanças já realizadas em documentos, teorias e discursos somente se aplicarão a realidade das instituições de ensino a partir do momento em que houver a mudança de mentalidade das pessoas que fazem parte da escola. No entanto algumas ações são necessárias a essa mudança. Dourado (2005) diz que o modelo de gestão adotado pelos sistemas públicos conserva, ainda hoje, características de um modelo centralizador. Abaixo será apresentada a figura 1, onde o MEC (2004) salienta algumas ações necessárias a implantação da escola democrática e da descentralização de poder nos gestores e professores.

**Figura 2 – Aspectos essenciais em uma escola democrática**



Fonte: MEC (2004)

Essa figura demonstra que partilhar decisões envolve mais que a abertura de espaço para a comunidade e alunos opinarem, envolve a conquista pela autonomia de cada escola, a garantia de financiamento pelo Estado, o modo de escolha do gestor escolar e a busca por novas formas de gerir a educação.

A seguir serão explicitados instrumentos que devem ser utilizados dentro das escolas para que ela se torne efetivamente democrática.

#### **2.4.1. Escolha dos diretores**

Segundo Dourado (2005) na educação brasileira, variadas são as formas de acesso ao cargo/função de diretores das escolas públicas historicamente utilizadas e ele cita como destaques:

1) diretor livremente indicado pelos poderes públicos (estados e municípios); 2) diretor de carreira; 3) diretor aprovado em concurso público; 4) diretor indicado por listas tríplices ou sêxtuplas ou processos mistos; e 5) eleição direta para diretor. A análise histórica das diferentes modalidades de provimento ao cargo/função de diretor no país revela alguns limites e possibilidades a serem problematizados

Mendonça (2001) afirma que a eleição de diretores é o processo que melhor materializou a luta contra o clientelismo e o autoritarismo na administração da educação, tendo sido, durante seguidos anos, a principal bandeira de luta a favor da gestão democrática do ensino público.

MEC (2004) supõe que por trás dessa expectativa era a de que a falta de participação e o autoritarismo existentes na escola se deviam, em grande parte ou exclusivamente, ao fato de o diretor, não tendo compromissos com o pessoal escolar ou com os usuários da escola, por não ter sido escolhido por estes, tender a articular-se apenas com os interesses do Estado, voltando as costas para a unidade escolar e sua comunidade. Com a eleição, esperavam que a escola se encaminhasse rapidamente.

No entanto, independente da forma de escolha diretor não deve ser autoritário para que uma escola consiga vivenciar os princípios da educação democrática, pois segundo Dalbério (2008) que cabe ao gestor o perfil de ser democrático e desenvolver condições de favorecer o processo democrático no cotidiano da escola. Para possuir todas essas características, o gestor deve dispor também de grande

arcabouço teórico na área da pedagogia, bem como das habilidades técnicas e políticas, que representam recursos fundamentais para se garantir uma gestão dentro de uma perspectiva democrática, da qual todos participam.

#### **2.4.2. Projeto político pedagógico (PPP)**

Segundo Neri & Santos (2001) o Projeto Político Pedagógico (PPP) é antes de tudo a expressão de autonomia da escola no sentido de formular e executar sua proposta de trabalho. Segundo os mesmos autores este é um documento juridicamente reconhecido, que norteia e encaminha as atividades desenvolvidas no espaço escolar e tem como objetivo central identificar e solucionar problemas que interferem no processo ensino aprendizagem..

Para a LDB o PPP é um instrumento de caráter democrático, e portanto deve ser gestado de maneira a tornar efetiva a participação de toda a comunidade escolar, pois este deve conter as particularidades da escola e deve ser um documento vivo e não mais um amontoado de informações arquivadas. Negrine (2008) relata que o projeto Político-Pedagógico como instrumento de planejamento coletivo, demonstra seu poder de democratização da escola, quando resgata a unidade do trabalho escolar e garante que não exista divisão entre as pessoas que planejam e as que executam. Pois ele deve ser construído sob a lógica do conjunto, onde todos os segmentos planejam e todos executam, garantindo a visão do todo.

O projeto político-pedagógico ocupa um papel central na construção de processos de participação e, portanto, na implementação de uma gestão democrática. Envolver os diversos segmentos na elaboração e no acompanhamento do projeto pedagógico constitui um grande desafio para a construção da gestão democrática e participativa.

(MEC, 2004)

#### **2.4.3. Conselho escolar**

Cury (2000) analisando o significado do vocábulo *Conselho*, afirma que em sua origem etimológica, esta palavra é derivada do latim *consilium*, que vem do verbo *consulo/consulere*, significa ouvir e ser ouvido. Portanto o Conselho Escolar é o órgão que representa a comunidade dentro da Unidade Escolar. Segundo MEC (2004) trata-se de uma instância colegiada, que deve contar com a participação de representantes dos diferentes segmentos das comunidades escolar e local, podendo

constituir um espaço de discussão de caráter consultivo, deliberativo, fiscalizador e mobilizador.

Será no conselho que os problemas da gestão escolar serão discutidos e as reivindicações educativas serão analisadas para, se for o caso dependendo dos encaminhamentos e da votação em plenária, - ser aprovadas e remetidas para o corpo diretivo da escola, instância executiva, que se encarrega de pôr em prática, as decisões ou sugestões do Conselho de Escola.

(ANTUNES, 2002 apud NEGRINE, 2008)

#### **2.4.4. Grêmios estudantis**

O Grêmio é um agrupamento de alunos que são escolhidos através de eleições no ambiente escola com o objetivo de participar das decisões e propor mudanças para a gestão e conselho escolar. O grêmio nada mais é que uma organização estudantil. O grêmio é definido pelo MEC como:

...a organização estudantil, numa instituição educativa que tenha como objetivo formar indivíduos participativos, críticos e criativos, adquire papel central, como mecanismo de participação dos estudantes nas discussões do cotidiano escolar e em seus processos decisórios.

(MEC, 2004)

### 3.

PRO

## **CEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA**

### 3.1.

A

#### **pesquisa**

O trabalho foi dividido em três etapas distintas, onde a primeira visou a elaboração do pré-projeto de trabalho, onde constava os objetivos e o planejamento das ações a serem executadas até a revisão final da monografia

Tendo em vista os objetivos e foi dado início a revisão bibliográfica onde os sites científicos SCIELO, CNPQ e arquivos disponíveis no site do Ministério da Educação, foram consultados. Nesta busca foram selecionadas publicações e as legislações específicas. Foi delimitada a abrangência temporal das bibliografias entre o ano 2000 a 2011. Os documentos selecionados foram todos de experiências brasileiras, em português, nas escolas públicas de ensino básico.

Os descritores utilizados no SCIELO foram: Educação AND Democrática AND Participação; Projeto político pedagógico; Democracia AND Sociedade; Conselho AND escola AND grêmios.

As buscas foram realizadas no período de 03 de agosto a 30 de outubro.

Posteriormente os artigos que atendiam os objetivos de pesquisas foram selecionados para dar sustentação a explanação do tema proposto.

A monografia tem caráter de revisão bibliográfica e por essa razão durante todo o tempo usou citações para exemplificar o contextualizar o conteúdo abordado.

Foram delimitados títulos e subtítulos para que a visualização do trabalho fosse mais fácil e a leitura prazerosa e o texto buscou definir conceitos e fazer relação entre eles.

**LTADOS**

Neste trabalho foi possível explicitar a essência da filosofia democrática, no entanto fica evidente que este termo ainda deixa margem a diversas interpretações e que ele ainda não é vivenciado em sua plenitude em nosso país, como foi possível ver muitos autores questionam se o Brasil realmente é democrático, devido a desigualdade social e a dificuldade de participação dos cidadãos nas decisões publicas.

Percebeu-se que a ideia da escola democrática nasceu juntamente com a escola nova nos anos 20 e foi interrompida pela ditadura militar, esse ideal de escola no entanto perseverou e hoje existe uma forte corrente de instalar a democracia nas escolas, principio este garantido na Constituição Federal. Explicitou-se ao longo do trabalho que quatro características são essenciais a gestão democrática: Autonomia, Pluralismo, transparência e Participação.

Neste contexto o autogoverno é o ideal e está sendo construído cotidianamente no Brasil. Ficou claro que o principal empecilho na implantação de escolas democráticas é a mudança de mentalidade e cultura pedagógica dos envolvidos neste processo, pois as leis que garantem a gestão estão instituídas, cabe a esse profissionais um amadurecimento e formações que possibilitem a atuação coerente que garanta a transposição das teorias estudadas para a prática.

Outros afirmam que para haver a gestão democrática é necessária uma reforma politica, que além de autonomia de decisões permitam que a unidade escolar tenha autonomia financeira para custear seus projetos.

Quanto a escolha dos gestores, mesmo quando se trata de eleições diretas, existem questionamentos a cerca de propagandas e favorecimentos de uma camada da comunidade escolar para garantir reeleições.

Quanto a análise dos estudos percebeu-se que as bibliografias utilizadas pelo Ministério da Educação sempre se pauta nas filosofias dos mesmos pensadores, o que dificulta o pluralismo de ideias e opiniões que é essencial na gestão democrática.

Existem inúmeros artigos a respeito da gestão democrática em sites de pesquisas da internet, no entanto muitos deles afirmam ter conseguido desenvolver a participação dos educando apenas com projetos com desenvolvimento conceitual. Enquanto autores renomados como Isabel Alarcao relata que apenas nas ações praticas e cotidianas, fazendo uso de conteúdos conceituais, atitudinais e procedimentais que será possível desenvolver um cidadão atuante.



**derações finais**

Durante o estudo do tema em questão foi possível verificar que existem inúmeras pesquisas científicas e um grande arsenal de manuais e cartilhas do Ministério da educação a fim de formar os funcionários da educação e incentivá-los a implantar efetivamente a gestão democrática.

No entanto percebe-se também que a democracia não se aprender apenas conceitualmente e sim é preciso que a escola proporcione momentos efetivos de vivências cidadãs, colocando os alunos para pensar, buscando refletir e construir as regras e combinados.

Para isso este trabalho reforça a necessidade de capacitação e formação teórica, para que gestores e educadores compreendam que mais que assimilação de conceitos é necessária a mudanças de praticas e paradigmas e acreditar que podemos formar cidadãos participativos se a participação for permitida e proporcionada dentro das unidades escolares de educação básica.

É neste ambiente escolar democrático, participativo, transparente e plural que inicia-se o processo de compreensão da sociedade como parte da vida do estudante.

É importante considerar que é a gestão democrática deixa de o papel de diretor apenas como o orientador de decisões coletivas, pois quando há uma democracia vivenciada no espaço escolar a classe, as matérias, a forma de ensinar e aprender são ressignificadas e a partir dai as ações passarão a fazer parte da vida de toda a comunidade escolar, todos se responsabilização pelo espaço público e pela gestão escolar.

Ao final deste trabalho acredita-se que os resultados demonstram que a implantação da gestão democrática nas escolas está caminhando, que muitas dificuldades ainda são persistentes, mas mostra também muitas conquistas, mesmo que estas ainda estejam garantidas apenas no campo teórico. Considera-se que o objetivo da pesquisa foi atingido e apenas fica a seguinte questão talvez para um próximo estudo. Será que um profissional da pedagogia tem formação suficiente

para administrar uma escola? Não seria necessário um apoio de um administrador para um trabalho mais eficiente e integrado?

Encerra-se esta monografia com a esperança de contribuir para a formação de escolas democráticas e de levar os profissionais envolvidos na educação a pensarem sobre sua própria prática.

**RÊNCIAS**

AMORIM, Maria Salete Souza De. **Cidadania e participação democrática**. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil. ISSN 1982-4602. Disponível em: [http://www.sociologia.ufsc.br/npms/maria\\_amorim.pdf](http://www.sociologia.ufsc.br/npms/maria_amorim.pdf). Acesso em 16 out. 2011.

BRITO, Flavia N. N.; FREIXO, Aurora L; SILVA, Rubens R. G. Garcia. 2008. **O conceito de democracia participativa aplicado à prestação de serviços públicos na sociedade da informação**. Disponível em: <http://www.cinform.ufba.br/7cinform/soac/papers/37af2d604b9d306ee1f52ba626e6.pdf>. Acesso em: 10 out. 2011.

BONAVIDES, Paulo. **A Constituição aberta**. Belo Horizonte: Del Rey, 1993. p. 13. 2 Id. Ciência política. São Paulo: Malheiros, 2000. p. 267.

BORDIGNON, Genuíno. 2005. **PROPOSTA PEDAGÓGICA**. GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO. Boletim 19. Disponível em: <http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/151253Gestaodemocratica.pdf> Acesso em 12 out. 2011.

CONTI, Celso e LUIZ, Maria Cecília. **Políticas Públicas e Gestão Democrática: o funcionamento do conselho escolar no sistema municipal de ensino**. EDUCAÇÃO: Teoria e Prática - v. 17, n.29, jul.-dez.-2007, p.33-50.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Os conselhos de educação e a gestão dos sistemas**. In: FERREIRA. Naura Syria Carapeto. AGUIAR. Márcia Ângela de S. (Orgs). **Gestão da Educação: impasses, perspectiva e compromissos**. São Paulo. Cortez, 2000.

DALBERIO , Maria Célia Borges. **Gestão democrática e participação na escola pública popular**. Revista Iberoamericana de Educación. ISSN: 1681-5653 n.º 47/3 – 25 de octubre de 2008

GRACINDO, Regina Vinhaes. **Gestão democrática nos sistemas e na escola**. / Regina Vinhaes Gracindo. – Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** : lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação. Edições Câmara, 2010.

MENDONCA, Erasto Fortes. **Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil**. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 22, n. 75, ago. 2001 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-)

73302001000200007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 08 out. 2011.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302001000200007>.

MEC, Ministério da Educação. 2004. **Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor**. Brasil. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce\\_cad5.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad5.pdf) Acesso em: 23 out. 2011

NERI, Maria Célia Silva; SANTOS, Maria Lídia Guimarães. Uma Prática Educativa em Construção. Belém – Pará Universidade da Amazônia 2001. Acesso em: Acesso em: 28 out. 2001. Disponível em:  
[http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/PROJETO\\_POLITICO.pdf](http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/PROJETO_POLITICO.pdf)

PAULA, R.L.; SCHNECKENBERG, M.. **Gestão Escolar Democrática: Desafio para o Gestor do Século XXI**. Revista Eletrônica Lato Sensu – Ano 3, nº1, março de 2008. ISSN 1980-6116. Disponível em:  
<http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/151253Gestaodemocratica.pdf>. Acesso em: 08 out. 2011

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. **Escola inclusiva – o desafio de uma experiência**.  
<http://www.santoandre.sp.gov.br/bn conteudo.asp?cod=335>.

TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves, (Org.) **Os sentidos da democracia e da participação**. São Paulo: Instituto, Pólis, 2005. 128 pp. (Publicações Pólis, 47) Anais do Seminário “Os Sentidos da Democracia e da Participação”; São Paulo, Julho de 2004. Disponível em: [http://www.polis.org.br/obras/arquivo\\_144.pdf](http://www.polis.org.br/obras/arquivo_144.pdf)